

O primeiro número de 2013 compila ensaios, artigos e debates em torno de questões ambientais recentes, suscitadas pela forma atual de acumulação capitalista, com impactos profundos na produção da vida e, portanto, no campo da educação e saúde.

A edição abre com um ensaio, de autoria de Fabio Mascaro Querido, que trata, a partir da obra de Michel Löwy, da necessidade de radicalizar a crítica marxista à modernidade numa perspectiva ecossocialista. Para tal, Querido discute como este intelectual brasileiro defende, seguindo Walter Benjamin, uma ruptura com as ideologias de progresso e civilização capitalistas, imprescindível para a compreensão da atual crise humana.

O artigo *Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde*, cujo autor principal é Alexandre Maia do Bonfim, conclui, a partir de análise diacrônica e sincrônica, que o tratamento do tema ambiente pelos 'Parâmetros curriculares nacionais' tende a excluir formas concretas de ação e a fragmentar os conhecimentos, assim como a reproduzir uma proposta de educação comportamentalista. Por consequência, para os autores, difunde-se uma perspectiva de cidadania individualista e passiva, restrita apenas ao âmbito do Direito, embora isentando o Estado de ações efetivas.

Também a abordagem da dimensão do Direito – e a necessidade de politizá-lo – é objeto do artigo *Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica*, de Carlos Frederico B. Loureiro e Philippe Pomier Layrargues. Para os autores, é fundamental a articulação entre a educação ambiental crítica e o movimento de justiça ambiental, com vistas à construção de um projeto societário anticapitalista. Assim, torna-se possível uma ressignificação ideológica da questão ambiental, agindo como contraponto às interpretações hegemônicas do senso comum e suscitando uma transformação social efetiva.

O tratamento da questão ambiental pelos materiais didáticos de ciências é discutido pelo artigo de Francine Pinhão e Isabel Martins, intitulado *Modos de agir de textos didáticos de ciências: discutindo o tema saúde e ambiente*. A partir dos conceitos discursivos de 'gênero', as autoras identificaram, no material mencionado, três principais grupos de estruturas (descritivas, explicativas e narrativas). Tais estruturas possibilitaram analisar a construção do significado nos textos, concluindo que estes constituem modos de agir disciplinadores de identidades e relações sociais e de sistemas de conhecimento e crença.

As concepções em torno das noções de saúde e ambiente é objeto de dois artigos no presente número da revista. O primeiro, intitulado *Visão de profissionais e estudantes da área de saúde sobre a interface saúde e meio ambiente*, cujo autor principal é Silviomar Camponogara, discute, a partir de pesquisa realizada entre os grupos mencionados, como os sujeitos reconhecem a

estreita interface entre saúde e meio ambiente e a desigualdade social na distribuição dos impactos dos danos ambientais. Conclui-se, entretanto, que é fundamental o aprofundamento do debate sobre o tema no processo de formação e prática profissional em saúde, no sentido de se buscar a efetiva responsabilidade socioambiental por parte daqueles atuantes no setor.

O artigo *Agente comunitário de saúde: questões ambientais e promoção da saúde em comunidades ribeirinhas*, de Natiane Carvalho Silva e Cristina Setenta Andrade, se encaminha na mesma linha de análise das concepções ambientais entre profissionais de saúde, no caso agentes em comunidades no eixo Ilhéus-Itabuna, no sul da Bahia, Brasil. O estudo aponta para um cenário dramático, em que as atividades educativas voltadas para o ambiente se apresentam como pontuais e de conduta individual. Assim, as autoras abrem o desafio de como potencializar que estes trabalhadores, com base em saberes e vivências locais, possam contribuir para criar, junto à população, novas formas de relação entre ambiente e saúde, considerando a tensão ambiental inegável nos vários territórios em que atuam.

Também na direção de colocar em tela o denominado ‘conhecimento popular’, o artigo *Educação ambiental e cultura: articulando mídia e conhecimento popular sobre plantas*, cujo autor principal é Lucia de Fátima Estevinho Guido, apresenta um estudo em etnobotânica, que buscou conhecer e valorizar o conhecimento sobre plantas em distritos rurais da cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, Brasil. Ao articular a tradição local do conhecimento popular sobre as plantas e o conhecimento veiculado pela produção midiática, o artigo indica a necessidade do respeito à diversidade cultural e da superação da visão monocultural.

Finalizando a seção, o artigo *Nanotecnología: gestión y reglamentación de riesgos para la salud y medio ambiente en América Latina y el Caribe*, de Guillermo Foladori, Fernando Bejarano e Noela Invernizzi, propõe uma abordagem para identificar os atores que devem participar da discussão e da gestão do risco relacionado a esta (nova) tecnologia. Ao inserir a discussão e gestão do risco no âmbito dos movimentos ambientalistas e das organizações de trabalhadores, o artigo pretende contribuir para o debate sobre um desenvolvimento responsável, no caso, das nanotecnologias e dos nanomateriais.

Discutir as questões ambientais na forma societária do capital implica tratar dos projetos de progresso em curso. Portanto, dando continuidade à linha editorial proposta para este número da revista, a seção Debate apresenta textos que discutem as relações entre capitalismo e teorias e ideologias do desenvolvimento, buscando traçar os limites contemporâneos sobre a questão.

Mathias Seibel Luce abre a seção, aborda uma temática central às discussões recentes sobre os projetos de desenvolvimento brasileiro – a chamada ‘nova classe média’ – no texto *Brasil: nova classe média ou novas formas de*

*superexploração da classe trabalhadora?*. O autor salienta, a partir do questionamento da emergência desta nova classe, que a distinção entre neodesenvolvimentismo e neoliberalismo é uma falsa polêmica, à luz de uma real emancipação dos trabalhadores, e que se mantêm, mais fortes do que nunca, os nexos nefastos entre as condições de trabalho, saúde e direitos da classe trabalhadora. Marcelo Dias Carcanholo, em *O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência*, retoma, aprofunda e renova a discussão conceitual sobre a teoria referida. Jorge Luiz Alves Natal, em *Desenvolvimento local – ou sobre exegeses ideológicas, lutas hegemônicas e descaminhos societários*, analisa o chamado desenvolvimento local como uma das faces da internacionalização do capital hodierna, questionando se hoje o ‘velho desenvolvimentismo’ não seria a melhor a resistência possível. Por fim, Antonio Brasil Jr., em *A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970)*, explora o potencial teórico inovador inscrito nas contribuições destes dois sociólogos brasileiros.

Por fim, fechando o número, a revista publica duas resenhas, sobre os livros *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*, organizado por Ronaldo Marcos de Lima Araújo e Doriedson S. Rodrigues (Orgs.), por Elinilze Guedes Teodoro; e *Movimento camponês, trabalho e educação – liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*, de Marlene Ribeiro, por Fabiane Santana Previtali.

Observamos que, a partir de 2013, a *Trabalho, Educação e Saúde*, mantendo-se quadrimestral, passa a ter seus três números anuais correspondentes aos períodos janeiro-abril, maio-agosto e setembro-dezembro.

*Carla Macedo Martins*

*Angélica Ferreira Fonseca*

*Marcela Alejandra Pronko*